



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

CONDIÇÕES AMBIENTAIS COMO FATOR DE RISCO NA PREVALÊNCIA DA DENGUE

Tássio Henrique Cavalcanti da Silva **CUNHA**¹, Graziela Brito Neves Zboralski **HAMAD**².

¹ Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Campus I, Campina Grande-PB. E-mail: tassioherique@gmail.com. Telefone: (83)3331 2789.

² Departamento de Enfermagem, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande-PB. E-mail: graziela.zboralski@bol.com.br. Telefone: (83) 3315 3300.

RESUMO

A dengue tem se destacado entre as enfermidades tropicais re-emergentes, tornando-se um dos principais problemas de saúde pública no mundo, bem como mais importante virose transmitida por mosquitos, afetando, indiscriminadamente as distintas faixas etárias e classes sociais, acometendo especialmente pessoas que vivem em áreas urbanas densamente habitadas, dado a característica do *A. aegypti* de se reproduzir, prioritariamente, em ambientes domésticos. Estando a população sob o risco de contrai-la. Considera-se que o controle da dengue está baseado na colaboração dos indivíduos. A OMS estima que 30% dos danos à saúde estão relacionados aos fatores ambientais. O Presente trabalho objetiva identificar a relação entre o meio-ambiente e a prevalência de dengue em uma comunidade atendida por uma Unidade Básica de Saúde da Família. O estudo foi realizado na área de atuação da Equipe VI da Estratégia de Saúde da Família no bairro das Malvinas no município de Campina Grande-PB. A pesquisa mostrou que das 515 famílias cadastradas na Estratégia Saúde da Família, 41,47% contraíram dengue apenas uma única vez, estando todo susceptíveis a futuras infecções. Após co-relacionar os indicadores de saneamento e saúde ambiental com a prevalência de dengue, foi possível identificar maior quantitativo de novos casos de doença nas áreas onde as condições sanitárias eram precárias, comprovando o pressuposto de que as condições sanitárias e ambientais são diretamente relacionadas ao nível de saúde alcançado pela população.

PALAVRAS CHAVE: Condições Ambientais, Dengue, saúde ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A dengue tem se tornando um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) 2,5 bilhões de pessoas – 35,7% da população mundial – estão sob risco de contrair dengue. Anualmente ocorrem cerca de 50 milhões de infecção, desses 550 mil necessitam de atendimento hospitalar e 20 mil morrem em consequência das manifestações mais graves da doença (BRASIL, 2009).

O mosquito que transmite a dengue, o *Aedes Aegypti* (vetor do vírus causador da doença), encontra-se disseminado nas regiões tropicais, sendo a doença notificada em mais de cem países, dos quais trinta são no continente



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

americano. A dengue se constitui na mais importante virose transmitida por mosquitos, afetando, indiscriminadamente as distintas faixas etárias e classes sociais, atingindo principalmente pessoas que vivem em áreas urbanas densamente habitadas, dado a característica do *A. aegypti* de se reproduzir, prioritariamente, em ambientes domésticos (TAUIL, 2001).

A Dengue foi reintroduzida no Brasil em 1982. O mosquito transmissor da doença havia sido erradicado em vários países do continente americano nas décadas de 50 e 60 decorrentes das campanhas sanitaristas para erradicar a febre amarela (cujo mosquito transmissor é o mesmo da dengue), tendo ressurgido com intensidade na década de 70 por fragilidades na vigilância entomológica, além das mudanças sociais e ambientais, propiciadas pela urbanização acelerada. Dado as características de reprodução do mosquito que se multiplica em recipientes que contenham água, torna-se muito difícil eliminá-lo, ações com esse propósito têm exigido grande esforço no setor saúde, porém os resultados alcançados são pouco efetivos, visto que embargam na falta de conscientização populacional quanto à tomada de precauções necessárias para evitar o combate ao vetor da dengue (MENDONÇA; SOUZA; DUTRA, 2009).

Portanto, considera-se que o controle da dengue firma-se, dentre outros fatores, na colaboração dos indivíduos, que atuam no meio tornando-o favorável ou desfavorável a propagação desta doença (BRASIL, 2008). Conclui-se assim, que a premissa da importância da participação popular na manutenção de um ambiente hígido é discutida há bastante tempo, entretanto, tais discussões ainda não foram, em sua maioria, transformadas em ações resolutivas.

A OMS estima que 30% dos danos à saúde estão relacionados aos fatores ambientais, o que torna imprescindível a adoção de políticas de saúde voltadas a manutenção de um meio-ambiente saudável.

Este trabalho tem como objetivo identificar a relação entre o meio-ambiente e a prevalência de dengue em uma comunidade atendida por uma UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família) no município de Campina Grande, associando a saúde



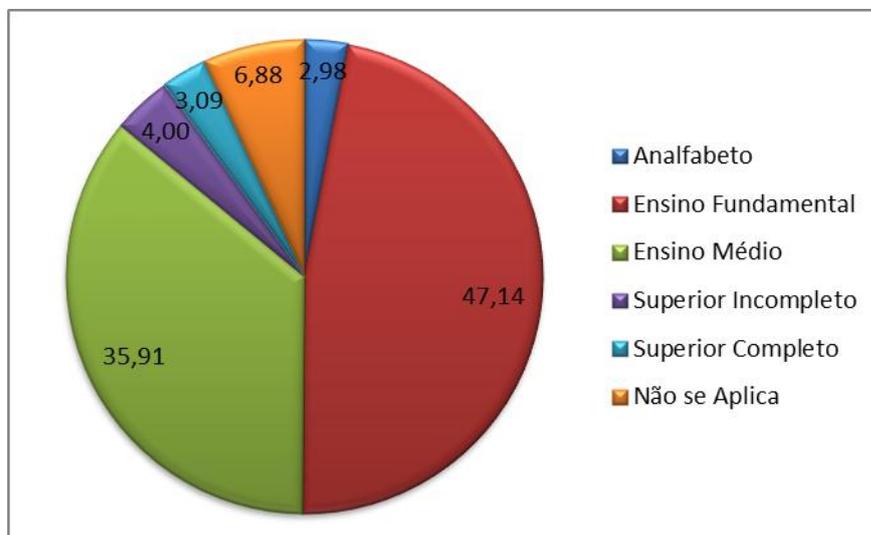
Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que das 515 famílias cadastradas na Estratégia Saúde da Família, perfazendo um total de 1972 moradores, onde se averiguou que a média de moradores por casa é de 3,8 pessoas, 20,43% dessas contraíram dengue, onde 41,47% contraíram dengue apenas uma única vez, estando todo susceptíveis a futuras infecções.

Viu-se que a maioria dos residentes, possui idade entre 20 e 39 anos (31%), seguido por 40 a 49 (18,51%) e são do sexo feminino com um total de 52,79%.

Figura 1- Índice de escolaridade.



Verificou-se que a maioria dos pesquisados possui apenas o ensino fundamental (47,14%), na maioria das vezes incompleto. Seguido por 35,91 % dos que possuem ensino médio, na maioria das vezes também incompleto. Apenas 4% possuem o ensino superior incompleto e menos ainda (3,09%) o superior completo. Do total, 2,98% são analfabetos e o restante não se aplica a pergunta (6,88%).

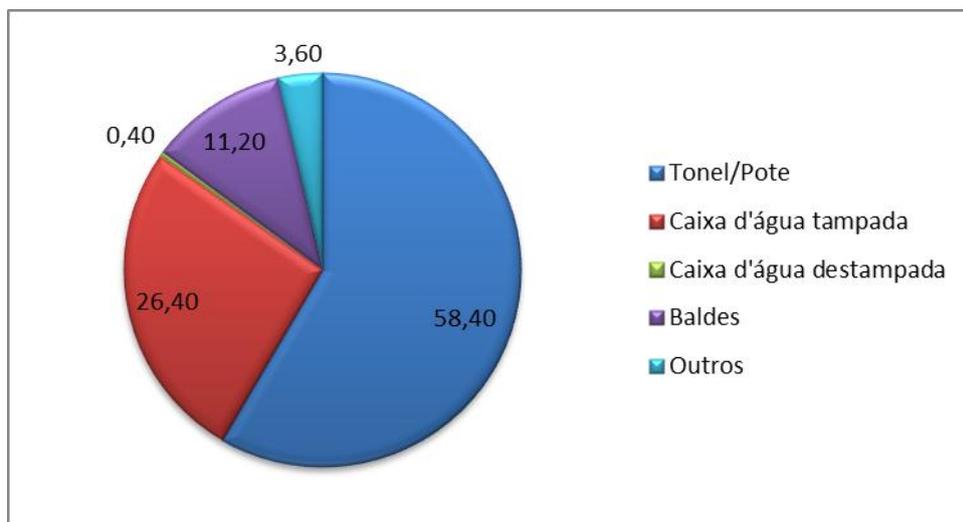


Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

Observou-se que a renda familiar da maioria das residências contempla apenas um salário mínimo (36,5%). Seguida por 24,62% que recebem dois salários mínimos, 14,04% recebem três salários e 7,13% ganham quatro salários mínimos. Dos moradores, 0,86% está desempregado, 0,86% recebe até meio salário mínimo e 2,16% de meio até um salário mínimo. 2,16% afirmou receber bolsa família, outros 2,38% disseram que ganham mais de cinco salários mínimos e 9,29% ratificaram ser autônomos.

Analisando o estado de conservação das residências observa-se que 6,43% apresentam condições precárias quanto a estrutura e higiene, corroborando com a diminuição da qualidade de vida dos moradores destas residências bem como da vizinhança, visto que segundo Barreto (1998) condições insalubres de determinada localidade tem alto poder de disseminação de doenças. Relacionando as áreas externas nota-se que 44,47% e 99,94% possuem jardins e quintal, respectivamente e 25,49% desses ficam alagados em períodos chuvosos, contribuindo para a proliferação da dengue.

Figura 2 – Armazenamento de água.



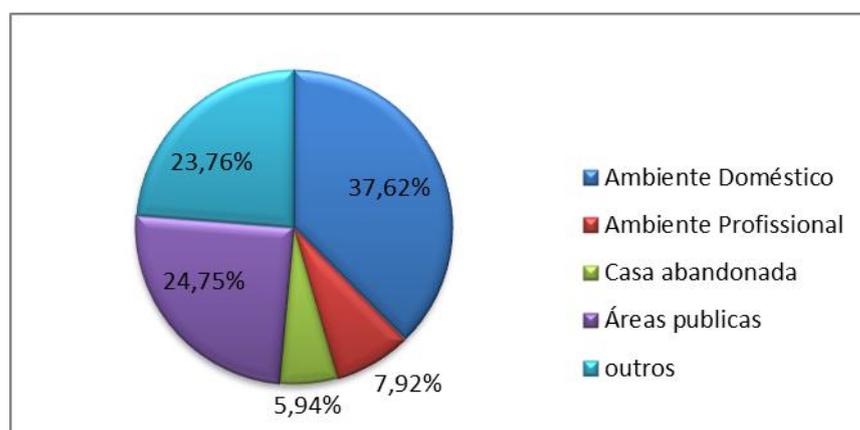


Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

Percebe-se que 49,22% dos domicílios utilizam a prática de armazenamento de água, entretanto constata-se que parte da população não tem os devidos cuidados com os recipientes destinados para esses fins como: tonel (58,40%), caixa d'água tampada (26,40%), caixa d'água destampada (0,40), baldes (11,20%) e outros (3,60%).

No tocante ao destino do lixo, 90,32% dos moradores afirmaram que acondicionam o lixo em sacos amarrados no qual a coleta do carro coletor três vezes por semana no bairro. Entretanto, apesar de tal afirmativa observou-se vários sacos de lixo depositados no canal de esgoto que atravessa o bairro diminuindo a vazão e permitindo assim que o mesmo transborde em período de chuva. Tal prática constitui-se problema de saúde ambiental com alto impacto visto que contribui com a contaminação do solo, da água e disseminação de vetores.

Figura 2 – Possíveis locais de exposição ao mosquito da dengue.



Dentre os possíveis locais de contaminação, 37,62% relatou ter contraído dengue na residência, enquanto que mais de 13% afirmaram que contraíram a mesma derivada de ambientes profissionais e casas abandonadas, seguido de 24,75% que afirmam tê-la contraído em áreas públicas do bairro.



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

4 CONCLUSÃO

Após correlacionar os indicadores de saneamento e saúde ambiental com a prevalência de dengue, foi possível identificar maior quantitativo de novos casos de doença nas áreas onde as condições sanitárias eram precárias, comprovando o pressuposto de que as condições sanitárias e ambientais são diretamente relacionadas ao nível de saúde alcançado pela população.

Observou-se também que quanto mais baixo era o nível de escolaridade dos indivíduos investigados menor era o seu conhecimento quanto aos aspectos relacionados à dengue, o que por sua vez, aumenta o risco de contaminação destes.

A partir de tais conclusões, identifica-se a importância da intersetorialidade e da integralidade na busca pela saúde da população. Visto que não se concebe a efetivação de políticas de saúde que não sejam fundamentadas nos mais diversos âmbitos que permeiam a qualidade de vida, dentre elas, destacando-se as condições sanitário-ambientais. Como também, a necessidade de nortear as práticas de educação permanente baseadas nas divergências educativas encontradas entre as populações.

Enfim, cabe ao estado promover ações amplas de saúde que alcancem as singularidades e, ofereçam suporte em todos os âmbitos que se configuram na busca pela saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância em Saúde. Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose**. 2ª Edição. Brasília, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue**. Brasília, 2009.

